**A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO DIRECIONAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA DITADURA MILITAR E NA DÉCADA DE 1990**

**Mirla de O. Lopes de H. e Souza** (Mestranda do PPGE/UFAC)

(mirlahsouza45@gmail.com)

**Lúcia de Fátima Melo** (UFAC/Centro de Educação, Letras e Artes)

(lucia.educa@bol.com.br)

**RESUMO:**

Este artigo resulta de um estudo bibliográfico sobre a influência da Teoria do Capital Humano na política educacional do Brasil no contexto da ditadura militar e no empreendedorismo. A reforma universitária presente na Lei nº 5.540/1968 e na reforma do ensino de 1º e 2º grau por meio da Lei nº 5.692/1971. A formação acelerada nos cursos de curta duração no ensino universitário e o ensino profissionalizante vinculado ao ensino secundário foram uma realidade trazida pelas reformas educacionais implantadas no período da ditadura militar. Na década de 1990, propaga-se o empreendedorismo, a Teoria do Capital Humano se faz presente novamente como forma de mascarar a crise do sistema capitalista, os detentores do poder propagam o empreendedorismo como solução para as desigualdades econômicas e sociais, vinculando a educação às leis do mercado, o que gera uma mercantilização dos processos formativos.

**PALAVRAS-CHAVE**: Capital Humano. Reforma Universitária. Profissionalizante.

1 INTRODUÇÃO

Nesse estudo, objetiva-se analisar como a Teoria do Capital Humano criada por Schultz se faz presente nas reformas educacionais ocorridas na ditadura militar e como essa mesma teoria ainda vigora a partir da década de 1990, com o empreendedorismo. Sendo assim, a pergunta norteadora pauta-se em: como que a Teoria do Capital Humano se faz presente na política educacional ocorrida na ditatura militar e na disseminação do empreendedorismo?

Para tanto, procede-se a análise da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que trata da reforma universitária e da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que trouxe mudanças ao ensino de 1º e 2º graus e do empreendedorismo que a partir da década de 1990 se faz presente no contexto educacional.

2 DESENVOLVIMENTO

Na época do milagre econômico de 1968 a 1973, a marca expressiva era de aceleração do crescimento econômico no país. A elite estava satisfeita com as exportações em alta, o capital estrangeiro com lucratividade e a oferta de emprego para o povo. Porém, em 1973 com a crise do petróleo[[1]](#footnote-1) gera uma repercussão no cenário mundial, no Brasil, com um grau dependência do petróleo tem-se o aumento do endividamento com os organismos internacionais, a crise econômica, a aceleração da inflação, desemprego em massa. Novamente a economia brasileira estava em crise.

A perda da liberdade política era “compensada” pelo franco desenvolvimento que marcou o início da ditadura, todavia, o cenário transformou-se. As desigualdades sociais se ampliavam, o empobrecimento da população, a criminalidade urbana, a crise econômica, situações caóticas eram enfrentadas nesse período.

A racionalidade tecnocrática predomina nesse período, com foco nos resultados, menos custos em menos tempo. O ensino ideal proporciona aos jovens uma profissão necessária para um país que estava em pleno desenvolvimento no início da ditadura. Esse impacto da racionalidade instrumental é percebido nas reformas que sucederam essa época, a Teoria do Capital Humano se faz presente.

O professor da Escola de Chicago Theodore Schultz apresenta na década de 1960 uma concepção acerca da Teoria do Capital Humano. Segundo o teórico, quando o indivíduo decide se capacitar, tal atitude simboliza futuros ganhos que serão auferidos em decorrência da escolha que foi feita, por investir em conhecimentos e capacidade técnicas, menciona Schultz: “Sustentarei que um investimento desta espécie é o responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador”. (SCHULTZ, 1973, p.32).

Na década de 1960, auge da Teoria do Capital Humano, postulava-se que o primordial era o investimento em capital humano do que propriamente em recursos físicos. Nessa perspectiva, a educação é considerada uma variável estratégica capaz de impulsionar o aumento nos rendimentos, na produção e impulsionar o desenvolvimento de um país.

Na década de 1970, essa teoria se apresenta como uma teoria do desenvolvimento econômico, isso porque a explicação para as desigualdades entre as nações e as desigualdades individuais era justificada pelo fraco investimento em educação. (FRIGOTTO, 2006).

A Teoria do Capital Humano, na concepção de Schultz, tem como pressuposto atribuir ao trabalhador a responsabilidade por adquirir conhecimentos, a capacitação necessária para que este possa ser empregado, transferindo para o trabalhador a responsabilidade pela inserção ou não no mercado de trabalho.

Na concepção de Frigotto, a Teoria do Capital Humano esconde as relações capitalistas de produção, mascara as relações de poder, desconsidera a exploração ocorrida historicamente, as desigualdades das nações, as desigualdades individuais, atribuindo ao indivíduo a razão para o seu sucesso ou fracasso. Tudo isso com o propósito de manter uma consciência alienada e de exploração desses indivíduos. (FRIGOTTO, 2006).

A materialização dessa concepção é a execução da Reforma Universitária, por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, regulamentada pelo Decreto nº. 464, de 11 de fevereiro de 1969. A reforma do ensino superior institui os princípios organizacionais e de gestão empresarial nas universidades, extingue o regime de cátedra, estipula que as turmas anuais teriam disciplinas ministradas semestralmente e organiza a questão do sistema de créditos, promove a unificação do vestibular que passa a ser classificatório com um número estipulado de vagas, deixa de existir a figura do excedente, que eram os candidatos aprovados sem vagas suficientes, tal iniciativa estimula a criação das instituições particulares de ensino superior.

O principal destaque da reforma do ensino superior é a formação acelerada dos cursos, a existência de cursos profissionais com modalidades diferentes, cursos de curta duração e habilidades intermediárias, com o propósito de atender e impulsionar o desenvolvimento econômico do país, conforme preceituado nos artigos 23 e 26 da Lei nº 5.540/1968. Essa reforma exemplifica uma ligação direta entre a educação e o mercado de trabalho com o propósito de atender a nova realidade econômica, além de não ter ampliado o acesso de mais jovens ao ensino superior. Dessa forma, necessitou-se de uma reforma em outros níveis da educação, com o propósito também de conter a busca pelo ensino superior, para isso realizasse a reforma da educação básica.

Em 1971, o governo militar institui a reforma do ensino de 1º e 2º graus, por meio da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, numa tramitação sumária no congresso. Com a reforma, houve a junção do ensino primário com o ginásio formando um único ciclo intitulado de 1º grau, composto por oito séries para os alunos da faixa etária de 7 a 14 anos, dando, assim, um caráter de continuidade a essa etapa de ensino. Sendo eliminado o exame de admissão uma condição para que migrasse do primário para o ginásio. Com relação ao 2º grau por força legal vigora como um ensino obrigatório profissionalizante e o de 1º grau para sondagem de aptidão inicial para o trabalho. Portanto, segundo o artigo 1º da Lei nº 5.692/1971 o objetivo do ensino de 1º e 2º graus é proporcionar ao educando a formação necessária para que este possa desenvolver suas potencialidades sendo qualificado para o trabalho.

Considerando o modelo de 1º e de 2º grau houve uma unificação no formato da oferta do ensino, a lógica de unidade dos cursos que formam blocos independentes e a característica de terminalidade presente no ensino profissional.

O aluno ao terminar o 2º grau teria uma qualificação profissional, um retorno imediato, com a possibilidade de desempenhar ocupações mais vantajosas em decorrência do curso. Além de atender ao mercado de trabalho em processo de expansão, a reforma significa ainda uma contenção na busca por vagas nas universidades. (CUNHA, 2005).

Assim, a lógica da Teoria do Capital Humano está mais uma vez presente no processo de reforma educacional, com nova abordagem adequada ao novo reordenamento econômico.

O avanço tecnológico ocasiona uma redução no contingente de trabalhadores com função pouca especializada, o capital não precisando de toda a força de trabalho disponível adota uma política de redução dos postos de trabalho. Portanto, o discurso nessa fase caracterizada por uma produção flexível é que não há lugar para a estabilidade do trabalhador. (FRIGOTTO, 2015).

O empreendedorismo surge como uma solução para uma crise marcada pela recessão, pelo desemprego, pela falência de empresas, dentre outros agravantes que desestruturam a economia de um país. A temática do empreendedorismo é revitalizada por volta dos anos 1990.

Nesse sentido, como inculcar nas novas gerações essa nova formatação capaz de reproduzir as diretrizes do capitalismo? Para responder essa questão, como em épocas anteriores, a educação é “chamada” para desempenhar a função precípua de reprodução do comportamento ideal a ser moldado nos indivíduos para a manutenção do poder do capital.

Assim, a temática do empreendedorismo nos últimos anos impulsiona iniciativas de implantação desse assunto na educação, seja como temática transversal às diversas disciplinas curriculares, seja propriamente como disciplina.

O capital fomenta para os trabalhadores a ideia de independência financeira, das oportunidades de negócios, do sucesso individual, tudo isso com o propósito de redesenhar mecanismos de exploração do trabalho o que o torna cada vez mais precarizado. O resultado dessa reorganização do capital é mais desemprego, mais informalidade, mais subemprego, a presença de trabalhadores intermitentes, a eliminação de postos de trabalho e menos pessoas com os seus direitos garantidos. Restando como estratégia para atenuar essa situação a propagação do empreendedorismo como solução para a crise, no qual todas as esperanças são depositadas e cujo resultado é uma incógnita. (ANTUNES, 2020).

Em uma sociedade capitalista, de concentração de renda, de desemprego, o empreendedorismo se torna uma palavra de ordem a ser propagada no meio educacional para mascarar a escassez de trabalho e para formar um novo tipo de trabalhador, não mais aquele preparado para o mercado formal, vendendo a sua força de trabalho, com garantias trabalhistas, seguridade social, esse novo trabalhador que deve ser formado é o “patrão” de si mesmo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que as reformas educacionais ocorridas no período da ditadura militar representaram uma ligação direta com o mercado de trabalho, trazendo em suas características a presença da Teoria do Capital Humano, voltada para desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes no indivíduo por meio da educação. Na reforma universitária implantou-se cursos de curtas duração com habilidade intermediárias, pois em um período caracterizado pela aceleração do crescimento, era necessário formar profissionais em um curto espaço de tempo.

Ainda, a realização da reforma do ensino de 1º grau com o propósito de sondar as aptidões para o trabalho e o de 2º grau exclusivamente profissionalizante garantindo que ao final o indivíduo já tivesse uma profissão. Dessa forma, o caráter humanístico no processo de formação dos jovens fora substituído pela formação de mão de obra adequada ao mercado de trabalho.

Na atualidade marcada pela crise do sistema de capitalismo, ausência de postos de trabalho, economia flexível, constatou-se a presença mais uma vez da Teoria do Capital Humano, agora no discurso do patrão de si mesmo, por meio do empreendedorismo.

A partir desses elementos, identificou-se que para a educação é atribuída o papel de salvadora das mazelas sociais, por meio do ensino que deve oportunizar aos indivíduos, capacitar o Capital Humano. E para o indivíduo detentor da sua força de trabalho restou a incerteza, a instabilidade, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho e o falso discurso que é disseminado da existência de oportunidades.

**REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista** **Trabalho necessário**, v. 13, n. 20. p. 206-233, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/8619/6182>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SCHULTZ, Theodore William. **O Capital Humano:** investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

1. Em 1973, os países produtores de petróleo e membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) proclamam um embargo petrolífero. Tal ação gera um aumento no barril do petróleo e consequências para a economia mundial. [↑](#footnote-ref-1)